



Working paper nº 2

28 de fevereiro de 2017

A agenda energética UE-Rússia: uma relação de interdependência

The EU-Russia energy agenda: a relationship of interdependence

Pedro Camacho
Teresa Rodrigues

As relações energéticas entre a União Europeia (UE) e a Rússia resultam do aprofundamento da cooperação energética, iniciada na década de 1960 com a celebração dos primeiros contratos de fornecimento de gás natural à Europa. As relações entre ambas foram posteriormente aprofundadas, com a adoção do Acordo de Parceria e Cooperação em 1994, que consagrou a energia como uma das áreas de cooperação. Esta cooperação, institucionalizada em 2000 com a implementação do Diálogo Energético, conheceu um desenvolvimento significativo e promissor numa das áreas mais relevantes para ambas as partes, considerando o papel da energia no desenvolvimento económico e social.

Num momento em que as relações bilaterais se encontram suspensas, este artigo pretende enquadrar a relação energética Euro-russa, traçando as políticas energéticas prosseguidas por cada uma das partes e analisando a relação entre o fornecimento russo e o consumo da UE quanto ao petróleo e ao gás natural.

Palavras-chave: União Europeia, Rússia, Energia, Segurança Energética

INTRODUÇÃO

A energia é indispensável para o crescimento económico e o quotidiano das sociedades atuais. Ao longo da História, a energia, nas suas múltiplas formas, esteve na base da sobrevivência, desenvolvimento e adaptação das sociedades humanas. Numa realidade cada vez mais dependente de recursos energéticos, todos os Estados definem estratégias e políticas que assegurem a sua segurança energética. No entanto, a maioria não possui recursos energéticos endógenos suficientes para suprimir as respetivas necessidades, restando-lhes centrar a sua ação na criação de infraestruturas que permitam o transporte e distribuição de energia pelos diferentes setores de atividade. O petróleo e o gás natural são os recursos energéticos mais transacionados no mundo de hoje.

Um dos maiores produtores e exportadores destas fontes de energia é a Rússia, terceiro maior produtor de petróleo mundial (10,98 milhões de barris/dia) e segundo no que se refere ao gás natural (573,3 bilhões de metros cúbicos/dia) (BP, 2016). O país exporta cerca de 40% da sua produção, o que representa 13,2% da sua riqueza interna (Banco Mundial, 2016a-c). A década de 1960 marcou o início das relações energéticas da Rússia com a Europa, com a assinatura de vários acordos bilaterais para fornecimento de gás natural e petróleo, os quais permitiam a partilha dos riscos e asseguravam o financiamento necessário para o desenvolvimento da rede de infraestruturas. A produção petrolífera russa representou uma solução para o fornecimento energético de alguns países da Europa Central e de Leste. Mas essa realidade é alterada nos anos 90 do século XX, devido à reforma do mercado russo após a desintegração da URSS, ao aumento de preços no mercado interno, ao surgimento de um sistema dual de regulação e à permissão de concorrência entre as empresas públicas e privadas russas.

Por seu turno, a União Europeia (UE) é o maior consumidor de energia mundial, mas detém poucos recursos naturais (1% das reservas naturais de petróleo, 2% de gás natural e 4% de carvão), o que implica o recurso à importação para garantir as necessidades de consumo interno bruto. A dependência das importações é particularmente elevada em relação ao petróleo bruto (88,2%) e ao gás natural (65,8%). Os cenários futuros são pouco animadores, ao preverem um aumento do consumo de gás e a redução da oferta interna, o que até 2035

tornará a UE dependente em 90% das importações de gás. A questão complexifica-se num contexto de reduzida diversificação de fontes de abastecimento (77% do gás importado provém de apenas três países - Rússia, Noruega e Argélia - e chega à UE através de um número reduzido de países de trânsito – sobretudo Ucrânia e Bielorrússia) (Fernandes, 2015, p. 85). Para minorar esta situação, a UE procedeu à liberalização da indústria petrolífera e ao avanço progressivo para um mercado único de gás (Boussena e Locatelli, 2013, p. 182). Mas, pese embora estas iniciativas, hoje a produção primária da UE cobre apenas 11,7 e 34,1% das necessidades de consumo de petróleo e gás natural, respetivamente, e da Rússia importa-se 27% do crude e 29% do gás natural consumidos (Eurostat, 2014e), o que representa para a Rússia 61,7% do crude e 65% de todo o gás natural exportado.

O WP 2 integra o projeto de investigação *Geo4Ger - A Geopolítica do Gás e o Futuro da relação Euro-russa* (PTDC/IVC-CPO/1295/2014). Propomo-nos enquadrar os dois atores desta relação e avaliar os impactos da forte interdependência energética entre a UE e a Rússia. Recorremos a fontes primárias para delinear o perfil de ambas, visitar as suas políticas energéticas e o enquadramento legal do mercado de petróleo e gás natural e segurança do aprovisionamento. A nível comunitário, privilegiámos o acervo do portal *Eur-Lex* e, no caso russo, os relatórios sobre a estratégia energética. Utilizamos, ainda, dados do *Eurostat*, do Banco Mundial, da *US Energy Information Administration*, da *International Energy Agency*, da BP e de sítios oficiais de empresas russas do setor, como a Gazprom. O recurso a dados estatísticos permitiu quantificar a posição energética russa, as características do setor energético (empresas e infraestruturas), a sua contribuição para a riqueza nacional, e acompanhar a evolução do fornecimento russo à UE, bem como o consumo dos Estados-membros (EM) entre 2000-2014 (último ano com dados disponíveis e confirmados oficialmente).

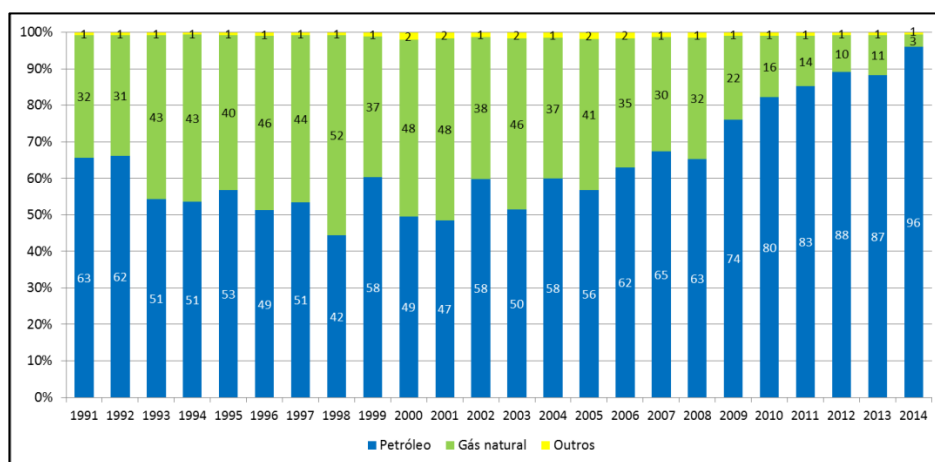
O texto está dividido em três partes. Nas duas primeiras efetuamos os retratos da Rússia e da UE em termos de produção, exportação e importação de petróleo e gás natural, descrevemos a política energética prosseguida pelas duas entidades políticas e o enquadramento legal do setor desde 2000, as empresas que nele operam, as infraestruturas internas e a rede de condutas que permite a ligação entre a Rússia e o mercado europeu. Na terceira e última parte analisaremos a relação de interdependência entre o fornecimento russo e o consumo destes hidrocarbonetos pela UE.

1. A RÚSSIA E A IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS ENERGÉTICOS

A Rússia é uma potência energética mundial e um dos maiores produtores e exportadores de hidrocarbonetos. Como vimos, é o terceiro maior produtor de crude, depois da Arábia Saudita e dos Estados Unidos da América (EUA) (10,98 milhões de barris/dia) (BP, 2016, p. 8), do qual exporta cerca de 46% (quase dois terços para a UE¹, 14% para a República Popular da China (RPC), Bielorrússia, Japão e Coreia do Sul). É o quarto maior produtor mundial de produtos derivados do petróleo ou petróleo refinado, depois dos EUA, da UE e da RPC, e o segundo maior exportador mundial. Exporta em média 40% do que produz, mais de metade para a UE² e o restante para os EUA (9%), Singapura e Coreia do Sul (5%), Turquia e RPC (4%). A Rússia é, ainda, o segundo maior produtor mundial de gás natural (a seguir aos EUA) e o maior exportador mundial, tendo como principais compradores a Alemanha, a Turquia, a Itália, a Bielorrússia, a Bélgica e a França (BP, 2016, p. 29).

As atividades ligadas à extração, produção e exportação de petróleo e gás natural são determinantes para a economia russa. Atingiram a sua expressão máxima entre 1999 e 2008, mas desceram desde então, registando em 2014 valores percentuais idênticos aos do início dos anos 90. A proporção dos rendimentos provenientes do petróleo é significativamente superior aos do gás natural. Em 2014, 96% dos rendimentos obtidos a partir dos recursos naturais russos tinham origem na atividade petrolífera e apenas 3,2% provinham do gás natural (**Figuras 1 e 2**).

Figura 1 - Rússia. Proporção dos recursos naturais na sua contribuição para o PIB (em %).

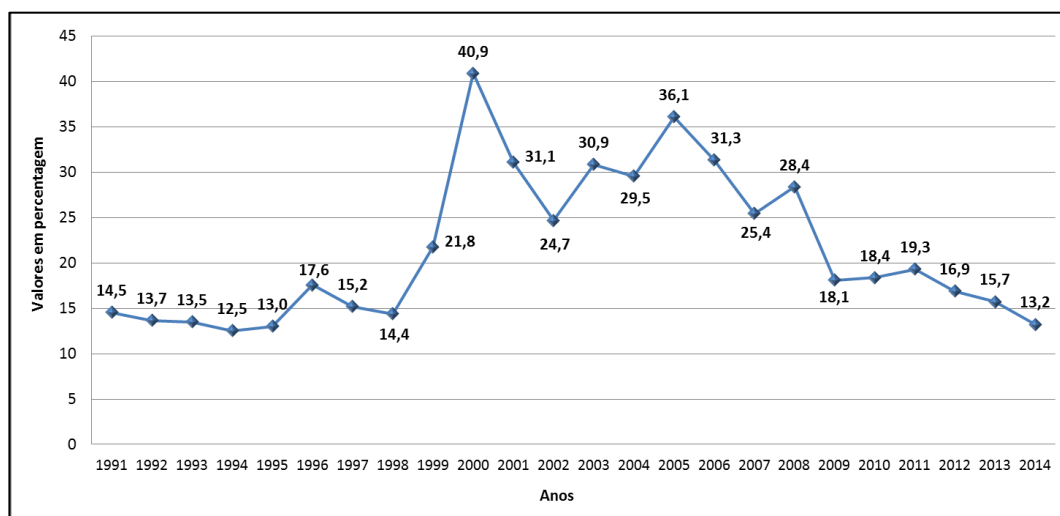


Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Banco Mundial, 2016a-c.

¹ Os principais importadores do petróleo Russo na União Europeia são a Alemanha, os Países Baixos e a Polónia.

² Sobreretudo para os Países Baixos, a Alemanha e a França.

Figura 2 - Rússia. Contribuição das atividades ligadas à indústria de petróleo e gás natural no PIB (em %) (1991-2014).



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Banco Mundial, 2016a-c.

Neste contexto de profunda dependência, não surpreende o facto dos responsáveis políticos desejarem manter os recursos energéticos sob o controlo estatal. Embora existam empresas privadas que operam no setor petrolífero e do gás natural, a grande maioria é pública, sendo o Estado que regula as regras de exploração, taxas de depleção e relação com os operadores. O setor energético russo caracteriza-se, pois, pela politização dos recursos e da indústria do gás e do petróleo, pelo monopólio do transporte do gás (visto como ferramenta de política interna e externa), e pelas alterações legislativas que conferem legalidade às pretensões e estratégias russas sobre a energia (Dellecker, 2007). Estas premissas tomaram forma com a implementação da reforma do setor energético e na renacionalização da maioria das empresas do setor, que tinham sido privatizadas na década de 90.

A *Estratégia para a Energia até 2020* definiu o plano estratégico para os recursos energéticos nacionais e foi um instrumento essencial nessa linha de atuação. Publicada em 2003, visava tornar mais eficaz o uso dos recursos energéticos e dos combustíveis fósseis e potenciar o crescimento económico e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. O Estado tornou-se o regulador do mercado e o garante de segurança e eficácia energética ecológica e orçamental (MEFR, 2003, p. 2). Foi criado um novo sistema fiscal para os recursos naturais e de exportação de matérias-primas. Redefiniu-se o regime de atribuição de licenças, baseada na avaliação do potencial lucro das empresas e reconhecida capacidade para desenvolver projetos

de exploração a longo prazo. As tarifas sobre a exportação de produtos petrolíferos foram adequadas às flutuações do mercado, garantindo mais dividendos ao Estado, o que, aliado à subida dos preços do petróleo, beneficiou as grandes empresas (Olcott, 2004, pp. 24-26).

Putin reformulou as empresas públicas do setor para servirem de plataforma para a criação dos *national champions*. A Gazprom foi a primeira dessas empresas sujeitas a um tratamento especial por parte do Estado, o qual adquiriu ações para garantir o seu controlo, limitou o volume de capital externo e, em 2006, lhe atribuiu o monopólio do transporte de produtos petrolíferos. A Transneft continuou a efetuar o transporte de gás, mas o governo passou a decidir as rotas e os produtores com acesso preferencial às mesmas (Olcott, 2004, p. 28).

A *Estratégia para a Energia da Rússia até 2030* foi aprovada em 2010 e reforça as linhas definidas pela anterior (MEFR, 2010), utilizando o potencial energético russo para a integração e reforço do seu papel no mercado mundial de energia com o maior lucro possível, numa base de estabilidade das relações com os parceiros tradicionais e de fortalecimento das relações com novos mercados. Assim se explica a construção e/ou projeção de novas rotas de abastecimento para a Europa e o diálogo com blocos económicos e organizações internacionais (MEFR, 2010, pp. 55-57). Outro objetivo é reduzir de 30 para 18% do PIB a dependência em relação à indústria do petróleo e gás natural, baixar de 52 para 46-47% o consumo interno de gás, aumentar a quota dos combustíveis não-fósseis de 11 para 13-14% e reduzir a metade as emissões de gases com efeito de estufa (MEFR, 2010, pp. 128-129).

O volume de produção russa é assegurado pelas suas reservas internas (**Figura 3**). O país possui uma das maiores reservas comprovadas de petróleo do mundo. A Sibéria é a principal região produtora (60% da produção total), mas os campos de produção encontram-se em declínio pela sua maturidade. O Volga e os Urais são responsáveis por 22% da produção e existem outros campos menores na península do Yamal, no Ártico e no norte do Cáucaso. As principais regiões de produção de gás natural localizam-se na Sibéria Ocidental (Yamalo-Nenets, Khanti-Mansiisk e Tomsk), na Sibéria Oriental e Extremo Oriente (Sacalina, Irkutsk, Krasnoyarsk e Yakutsk) e na região dos Urais e Volga (EIA, 2015). As maiores empresas produtoras de petróleo são a Rosneft, a Lukoil, a Surgutneftegaz, a Gazprom Neft e a Tatneft, e as maiores produtoras de gás natural a Gazprom, a Novatek, a Rosneft, a Lukoil e a Surgutneftegaz (EIA, 2015).

Uma vasta rede de oleodutos e gasodutos abastece os consumidores domésticos e os países importadores, na sua maioria direccionados para oeste, onde se localizam os principais países importadores de gás natural russo (antigas repúblicas soviéticas e EM da UE) (**Figura 4**).

Figura 3 - Rússia. Produção de petróleo e gás.



Fonte: Elaboração própria, adaptado de Wildcat International, 2013. A vermelho, os principais campos de produção de gás natural; a azul, os campos de produção de petróleo; e a laranja, as regiões produtoras operacionais e em prospeção.

Figura 4 - Rússia. Rede de oleodutos e gasodutos. Inclui rotas projetadas.



Fonte: Thery, 2012.

O maior oleoduto é o Druzhba, estendendo-se desde as principais regiões produtoras (Sibéria Ocidental, Urais e Volga) até à Europa. Seguem-se o Sistema Báltico de Oleodutos I e II, que ligam o Druzhba aos portos de Primorsk e Ust-Luga no golfo da Finlândia (EIA, 2015). A Rússia tem investido na construção de vários oleodutos a oriente, objetivando a exportação de petróleo para novos destinos como a RPC, o maior dos quais é o Sibéria Oriental-Oceano Pacífico (EIA, 2015). A suportar a capacidade de exportação de petróleo russo estão cerca de 20 portos. O principal é Novorossiysk no Mar Negro, secundado pelos de Primorsk e Ust-Luga, no Golfo da Finlândia, e por Kozmino, perto de Vladivostok. Em conjunto, estes quatro portos são responsáveis por 85% das exportações marítimas do crude (EIA, 2015).

Os principais gasodutos são o Soyuz e o Brotherhood, que através da Ucrânia abastecem a UE com gás produzido nas regiões da Sibéria Ocidental, Urais e Ásia Central (EIA, 2015). A Gazprom tem encetado esforços para ampliar a rede de gasodutos (Yamal-Europe e Nord Stream) (Gazprom, 2014), bem como na expansão para a RPC, com dois gasodutos na ilha de Sacalina para apoio à exportação de gás natural liquefeito e a construção do *Power of Siberia* (a terminar até 2019) e a Altai/Western, apenas planeada (EIA, 2015).

2. A UE E A RUSSIA. A RELAÇÃO FORNECIMENTO/CONSUMO

A UE é a maior economia mundial baseada num mercado interno comum, embora a heterogeneidade das economias dos EM torne difícil a efetivação de políticas comuns, sobretudo quando se trata de recursos vitais como a energia (Banco Mundial 2014). A energia é consagrada no *Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia* como um domínio de competência partilhada entre a UE e os EM (n.º 2, art.º 4.º), com vista a assegurar o funcionamento do mercado, a segurança do aprovisionamento, a promoção da eficiência das economias, o desenvolvimento de energias novas e renováveis e a interconexão das redes (n.º 1, art.º 194.º). Mas tal não retira o direito de cada EM de determinar as condições de exploração dos respetivos recursos energéticos e a escolha e estrutura de aprovisionamento das fontes de energia (n.º 2, art.º 194.º), exceto se colidirem com matérias de ordem ambiental (n.º 2, art.º 192.º). O Tratado estabelece ainda que o Conselho pode chamar os EM a entreatudarem-se, em caso de dificuldades no aprovisionamento (n.º 1, art.º 122.º).

A energia e a dependência externa têm sido uma preocupação constante da UE, como prova a documentação promulgada pela Comissão, sobretudo desde o início do século XXI

(Camacho, 2016, pp. 31-38). Profundamente dependente em termos energéticos (possui apenas 1% do petróleo convencional e cerca de 2% das reservas de gás), a UE tem encetado esforços para reformar o seu mercado interno de energia, com vista à liberalização do mercado de gás e de petróleo e à criação de um mercado único e competitivo, que substitua os mercados nacionais e anule monopólios nacionais e o acesso limitado à rede de terceiros (Locatelli, 2015, p. 316).

Em maio de 2014, na sequência dos incidentes com o fornecimento de gás e a instabilidade na Ucrânia, a Comissão elaborou a *Estratégia Europeia de Segurança Energética*, a qual apresentava quatro ações para aumentar a autonomia e superar uma eventual interrupção energética durante o inverno de 2014/2015. Tratava-se de monitorizar os fluxos e o nível de armazenagem de gás natural, de atualizar as avaliações de riscos e de lançar testes de esforço de segurança energética prevendo riscos de interrupção do aprovisionamento. Aos EM cabe criar e manter reservas mínimas de petróleo bruto e de produtos petrolíferos e à UE prevenir e minorar os riscos de interrupção no aprovisionamento, a proteção das infraestruturas críticas e a utilização de mecanismos de solidariedade entre os membros (COM(2014) 330 final, pp. 5-8). Para reduzir a dependência externa, definem-se medidas para baixar a procura: construir um mercado interno integrado; aumentar a produção (energias renováveis, hidrocarbonetos e tecnologias limpas do carvão); impulsionar o desenvolvimento de tecnologias; diversificar fontes externas e infraestruturas; e melhorar a coordenação das políticas nacionais (COM(2014) 330 final, pp. 7-22). Com o objetivo de regular o mercado interno de gás, foram, igualmente, elaboradas várias iniciativas legislativas (Camacho, 2016, pp. 31-38).

Atualmente, a UE desenvolve a União da Energia consignada em 2015, que se baseia nos princípios da garantia da segurança energética, solidariedade e confiança, na integração do mercado interno de energia, na eficiência energética como contributo para a moderação da procura de energia, na descarbonização da economia e no reforço do papel da investigação, inovação e competitividade (COM(2015) 80). A nível externo, e no diálogo com os seus parceiros energéticos fornecedores e de trânsito, a UE tem procurado garantir a sua segurança com base nos princípios do Estado de Direito, favorecendo um diálogo multilateral nas negociações internacionais, centrado na regulação e organização dos mercados energéticos patentes na *Carta Europeia da Energia* (Locatelli, 2015, pp. 317-318).

A UE é um dos principais importadores e consumidores de crude russo, embora o consumo tenha diminuído a partir de 2009, reduzindo as importações da Rússia, que em 2014 representavam ainda mais de 27% do total importado (**Tabela 1**). Alguns EM têm reduzido o peso da importação (caso da Finlândia, Grécia, Croácia e Países Baixos), mas noutros casos a dependência continua superior a 90% do consumo (Eslováquia, Lituânia e Polónia). A Alemanha, a Polónia e a Bélgica são os maiores importadores (Eurostat, 2014b).

Tabela 1 - UE. Crude importado da Rússia, por EM (2000-2014) (em %).

EM/Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Alemanha	27,8	28,4	29,5	30,6	33,1	33,3	33,1	31,0	31,3	34,3	35,5	37,8	36,5	34,0	32,8
Áustria	10,0	11,7	9,4	16,6	13,9	25,2	14,4	2,8	2,7	3,6	8,8	14,0	12,5	12,8	7,0
Bélgica	15,5	15,9	27,0	31,6	40,6	41,8	40,1	47,0	39,8	35,9	44,3	45,5	36,7	45,0	36,3
Bulgária	96,7	99,6	96,4	73,1	89,2	87,4	88,9	64,8	71,2	71,8	97,0	93,7	99,8	100,3	99,0
Chipre	51,3	38,0	95,6	34,8	27,3										
Croácia	37,9	32,5	56,5	32,4	57,9	70,5	82,1	82,9	80,2	75,6	54,9	64,8	55,2	66,2	43,4
Dinamarca			0,4								0,5	3,3			0,5
Eslováquia		96,9	97,5	97,6	102,0	98,4	101,4	101,7	100,9	100,1	100,2	100,5	99,6	101,2	101,3
Eslovénia	46,9														
Espanha	9,0	9,3	14,1	17,3	14,7	14,4	19,5	22,1	15,0	15,6	12,5	15,2	13,8	14,0	12,0
Estónia															
Finlândia	44,0	47,6	50,0	65,2	81,6	80,3	67,4	76,0	84,4	87,1	95,3	87,2	90,3	87,5	75,6
França	5,8	9,7	12,8	15,1	14,7	11,2	11,8	12,8	13,5	14,1	16,9	14,3	14,2	11,5	9,5
Grécia	21,9	30,1	49,2	40,0	31,2	32,3	28,4	33,6	37,2	33,3	37,2	25,0	33,9	35,4	24,9
Hungria	84,6	81,5	81,8	82,6	85,1	91,7	97,9	94,8	95,7	85,8	89,7	89,3	88,1	84,7	83,6
Irlanda															
Itália	15,8	19,3	18,3	19,7	21,6	19,6	15,2	17,7	14,2	18,9	14,0	14,5	12,6	16,6	14,6
Letónia															
Lituânia	93,2	97,5	94,7	99,0	94,4	96,5	100,1	96,8	95,6	99,4	99,1	97,5	99,7	97,5	88,5
Luxemburgo															
Malta															
Países Baixos	8,1	12,3	15,9	21,6	29,9	30,3	37,2	33,0	32,1	34,3	32,6	30,8	29,8	29,7	22,3
Polónia	93,2	91,5	96,5	95,0	92,3	96,0	95,5	99,7	91,5	93,3	92,4	90,4	93,8	92,0	91,7
Portugal	2,5	10,2	4,9	11,7	6,4		1,0				0,9	4,1	3,4	6,6	2,4
Reino Unido	2,3	3,6	4,6	5,6	9,0	6,3	11,8	8,9	6,9	5,4	5,2	6,5	9,9	6,4	2,5
República Checa	80,5	67,9	63,2	66,1	66,5	71,2	66,4	62,8	65,7	69,2	62,6	57,8	62,7	63,2	55,7
Roménia	30,3	27,3	27,7	39,4		34,9	30,7	35,1	22,8	22,1	26,6	15,3	17,5	23,9	22,6
Suécia	6,7	5,5	19,7	19,7	26,2	35,7	35,4	33,3	34,7	37,1	43,9	51,7	42,0	39,9	45,3
União Europeia	18,3	21,3	24,5	26,1	27,7	28,2	29,2	29,0	27,8	29,2	30,2	30,4	30,2	30,5	27,3

Fonte: Elaboração própria (Camacho, 2016, p. 206).

Em 2014, a UE importou da Rússia 60.869 milhares de toneladas de produtos petrolíferos derivados. O óleo combustível foi o mais importado, seguido pelo gás/óleo diesel e nafta. A Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Espanha são os maiores consumidores. Não obstante, o consumo na UE tem vindo a reduzir-se desde 2005 e, sobretudo, após 2009. Ao invés, o volume das importações dos produtos petrolíferos provenientes da Rússia cresceu a uma média anual de 7,4% e a percentagem das importações em relação ao consumo mais que triplicou entre 2000 e 2014 (de 4,2 para 13,8%) (Eurostat, 2014a). Embora inconstante, a variação anual foi muito significativa em 2009 (18,9%) e em 2014 (20,4%). Neste último ano, os EM que

mais importaram foram os Países Baixos, França, Alemanha, Reino Unido e Bélgica, mas quando confrontamos os valores da importação com o consumo interno, verificamos que os maiores importadores são os Países Baixos e Malta (IEA, 2014a/b). Além destes dois países, os EM que mais dependem das importações dos produtos petrolíferos russos, em termos de consumo interno, são a Dinamarca, a Finlândia, a Estónia, a Bélgica e a Letónia (Eurostat, 2014b).

Tabela 2 - UE. Gás natural importado da Rússia para consumo interno, por EM (2000-2014) (em %).

EM/Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Alemanha	43,4	39,2	39,7	39,2	44,5	44,2	43,4	44,2	45,2	36,5	40,3	42,5	42,1	49,4	53,1
Áustria	72,8	68,0	69,8	76,2	75,6	77,0	72,5	71,1	75,3	87,2	86,8	98,7	108,6	84,2	
Bélgica					2,4	5,2	4,3	4,8	5,2	2,9	2,4	0,4			
Bulgária	103,9	110,7	115,2	104,2	106,9	96,7	99,1	100,8	106,0	108,5	102,0	94,6	91,3	101,7	102,3
Chipre															
Croácia	45,1	42,1	41,2	43,5	38,6	43,1	43,2	35,2	37,8	37,5	35,8				
Dinamarca															
Eslováquia	109,6	102,2	111,3	107,9	113,8	113,2	116,2	110,0	109,2	118,7	109,7	114,7	99,0	103,0	113,6
Eslovénia	65,4	65,7	65,9	65,5	66,1	65,9	56,1	56,1	52,2	53,0	52,2	52,5	46,9	63,7	40,0
Espanha															
Estónia	110,1	110,2	110,3	109,9	110,4	110,3	110,3	110,9	111,0	109,7	110,4	112,7	110,6	110,3	110,4
Finlândia	110,7	110,7	110,7	110,7	110,7	110,7	110,7	110,7	110,7	110,3	110,3	110,3	110,3	110,2	109,3
França	30,3	24,9	25,4	23,6	21,6	20,8	16,6	13,9	15,3	17,3	15,9	16,0	15,2	21,2	17,4
Grécia	81,4	80,0	81,0	82,8	87,7	91,2	88,2	83,5	71,8	61,3	57,5	64,5	60,3	71,6	62,0
Hungria	73,8	71,1	79,7	83,6	70,8	65,6	72,7	66,5	75,5	78,3	83,2	76,5	86,8	90,7	109,5
Irlanda															
Itália	32,7	30,4	32,3	30,7	32,2	29,7	29,3	29,3	30,4	28,2	19,8	27,8	26,5	44,0	42,7
Letónia	114,1	95,7	99,3	116,9	146,6	118,7	122,2	108,9	92,4	127,8	69,3	122,6	127,5	126,9	79,2
Lituânia	110,7	110,5	110,5	110,6	110,4	111,3	111,8	113,8	106,5	111,0	110,2	110,9	110,6	110,7	108,7
Luxemburgo								24,3	24,7	25,1	24,8	24,4	24,7	26,2	26,6
Malta															
Países Baixos						11,3	13,3	12,8	13,4	9,3	9,2	5,3	8,0	11,6	19,9
Polónia	59,3	63,5	62,8	57,8	47,1	50,8	53,8	49,4	55,7	60,9	0,02	0,02	0,1	0,1	60,1
Portugal															
Reino Unido															
Rep. Checa	86,6	80,3	82,4	80,6	75,0	83,2	86,2	81,5	83,1	75,0	83,1	119,5	98,0	109,7	95,3
Roménia	22,2	19,7	24,9	29,2	33,1	34,0	35,8	31,2	32,0	16,8	18,6	21,6	20,6	12,3	5,0
Suécia															
UE	27,4	25,9	26,6	26,6	26,8	27,5	27,6	26,6	27,1	24,6	22,1	24,8	24,4	29,3	30,2

Fonte: Elaboração própria (Camacho, 2016, p. 219).

No que respeita ao gás natural, a UE consumiu 380,95 bcm em 2014, valor que mantém a tendência de declínio iniciada em 2011 (Eurostat, 2014c). A dependência do consumo de gás natural face às importações russas tem permanecido estável em termos percentuais desde 2000 (entre 24,4 e 30,2%), embora o volume do gás importado registe alguma instabilidade (**Tabela 2**). Em 2014, a UE importou da Rússia 30,2% do gás consumido e os maiores importadores foram a Alemanha e a Itália, seguidos pela Polónia, Hungria, República Checa e França. Por seu turno, a Bulgária, a Eslováquia, a Estónia, a Finlândia, a Hungria e a Lituânia são totalmente dependentes do gás natural russo (importam mais de 90%). A República Checa tem

Quatro gasodutos ligam a Rússia à UE. O *Brotherhood* data dos anos 60 e parte do campo de produção siberiano de Urengoy até Uzhgorod (Ucrânia), onde o gás é bombeado e enviado para a Áustria, a Eslováquia, a Hungria e a Roménia (IEC, 2009; Gazprom Export, s.d.). O *Soyuz* segue quase a par do primeiro, ligando Orenburg (Rússia) a Uzhgorod (Ucrânia) (Kandiyoti, 2015, p. 41). O *Yamal-Europe* parte de Torzhok, onde recebe gás da península de Yamal, e atravessa a Rússia, Bielorrússia, Polónia e Alemanha, onde se liga ao sistema de transmissão de gás YAGAL-Nord, gerido pela Gazprom nos setores russo e bielorrusso e por *joint-ventures* firmadas entre a Gazprom e empresas nacionais (Gazprom, 2016). O *Northern Lights* estende-se da Rússia à Bielorrússia (Heinrich, 2014, p. 35). A partir de Minsk, o sistema encontra-se ligado a três rotas que distribuem o gás à Europa, tendo como destinos a Ucrânia, a Polónia, a Lituânia e o enclave de Kaliningrado. O ramal Torzhok-Dolina, parte deste sistema, atravessa a Bielorrússia e fornece gás à Ucrânia e ao resto da Europa (Vavilov, 2015, p. 183).

Na última década a Rússia tem apostado no desenvolvimento de novas rotas que a liguem diretamente aos seus parceiros comerciais na Europa Ocidental e Central, de forma a evitar os países de trânsito no leste europeu, como sucede com o *Nord Stream*, que desde 2011 liga diretamente a Rússia à Alemanha pelo mar Báltico (Nord Stream AG, s.d.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS. A AGENDA ENERGÉTICA UE-RÚSSIA: UMA RELAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIA

A interdependência energética entre a UE e a Rússia é confirmada pelo volume de comércio de recursos energéticos, nomeadamente o petróleo (em crude ou transformado) e o gás natural. A Rússia exporta para a UE aproximadamente dois terços da sua produção petrolífera e de gás natural, que correspondem a cerca de 30% das necessidades de petróleo e de gás natural da mesma.

A UE é um dos principais importadores e consumidores de petróleo e gás natural russos e o lucro gerado pelas vendas aos parceiros europeus rende à Rússia uma fatia importante do seu PIB, embora a proporção da riqueza proveniente da exportação de recursos energéticos apresente uma trajetória decrescente nos últimos anos. Não obstante, o lucro obtido nos contratos bilaterais celebrados com os países europeus continua a ser vital para a sustentabilidade e o crescimento das empresas russas.

A consciência de uma interdependência entre a UE e a Rússia é espelhada nas estratégias que ambos prosseguem. Ambas se reconhecem como parceiros estratégicos e ambas desejam garantir a sua segurança em termos energéticos, mas em perspectivas opostas. Enquanto a UE procura garantir a segurança energética do ponto de vista do aprovisionamento, a Rússia pretende assegurar a mesma segurança na lógica da procura.

São, porém, distintos os valores e procedimentos. A UE pretende assegurar a sua segurança energética por meio do acesso aos recursos nos países produtores e a plena concretização do seu mercado único de gás, completamente liberalizado e competitivo. Para tanto, defende os princípios e as normas inscritos no Tratado da Carta da Energia e a sua adoção pelos parceiros energéticos, por forma a assegurar os princípios basilares do Estado de Direito e a proteção do investimento direto estrangeiro. Por seu turno, a Rússia opta pela defesa nacionalista dos seus recursos energéticos, mantendo-os sob o controlo do Estado, através da quota das empresas públicas no setor e os direitos de propriedade pública. Na sua relação com os parceiros europeus, o país segue uma estratégia de integração vertical no segmento *downstream* do mercado europeu e na continuidade dos contratos *take or pay*.

Apesar destas diferenças, a UE e a Rússia procuraram encetar uma cooperação energética que consolide a sua parceria energética. Essa cooperação, institucionalizada em 2000 com a implementação do Diálogo Energético UE-Rússia, pretendia dirimir as diferenças e avançar rumo a uma harmonização dos mercados energéticos russo e europeu. Para tal, em 2009, a UE procurou obter da Rússia a ratificação do Tratado da Carta da Energia, que, ao estabelecer um enquadramento legal comum a nível internacional, facilitaria o processo. Porém, a Rússia rejeitou essa hipótese, demonstrando relutância em liberalizar o seu mercado interno de energia.

Atualmente, perante a suspensão em 2014 das relações bilaterais entre a UE e a Rússia, no decurso da anexação da Crimeia, a cooperação energética encontra-se interrompida, até que ambas as partes convirjam numa solução sobre a Ucrânia e se retomem as relações. Ainda assim, mesmo com o regresso à normalidade nas relações bilaterais, vários tópicos referentes às políticas e valores defendidos pelas partes devem ser alvo de uma reflexão mais profunda, por forma a esbater atuais e futuros constrangimentos relacionados com aspetos contratuais e regulamentares. Falamos, nomeadamente, da garantia do investimento, dos preços contratualizados, da regulação de preços, da liberalização dos mercados, do acesso não-

discriminatório à rede por terceiros, do *unbundling*, da política ambiental, da burocracia e do papel e estabilidade dos países de trânsito e a fiabilidade.

A importância das relações energéticas entre a UE e a Rússia é atestada pela sua interdependência: a primeira depende do petróleo e do gás natural provenientes da segunda para satisfazer as suas necessidades energéticas, mas a segunda depende do lucro gerado pela sua indústria petrolífera e de gás no decurso das vendas à primeira. A UE e a Rússia pretendem manter as suas relações, ainda que em contexto meramente comercial, por forma a garantirem a sua segurança energética, respetivamente, na perspetiva de aprovisionamento e de procura. Mas a importância da energia nas suas relações não se esgota no plano comercial. Ela continua a representar uma oportunidade para a diplomacia económica, com a afirmação de estratégias energéticas comuns que visem o benefício mútuo.

BIBLIOGRAFIA

- Banco Mundial, 2016a. Natural gas rents (% of GDP). [ficheiro Excel] Disponível em: <http://api.worldbank.org/v2/en/indicator/ny.gdp.ngas.rt.zs?downloadformat=excel> [Consultado em 15 de janeiro de 2017].
- , 2016b. Oil rents (% of GDP). [ficheiro Excel] Disponível em: <http://api.worldbank.org/v2/en/indicator/ny.gdp.totl.rt.zs?downloadformat=excel> [Consultado em 15 de janeiro de 2017].
- , 2016c. Total natural resources rents (% of GDP). [ficheiro Excel]. Disponível em: <http://api.worldbank.org/v2/en/indicator/ny.gdp.petr.rt.zs?downloadformat=excel> [Consultado em 15 de janeiro de 2017].
- Boussena, S. e Locatelli, C., 2013. Energy institutional and organisational changes in EU and Russia: Revisiting gas relations. *Energy Policy*, [pdf] 55, pp. 180-189. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.enpol.2012.11.052> [Consultado em 5 de janeiro de 2017].
- BP, 2016. *BP Statistical Review of World Energy 2016*. [pdf] Disponível em: <https://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/energy-economics/statistical-review-2016/bp-statistical-review-of-world-energy-2016-full-report.pdf> [Consultado em 15 de janeiro de 2017].
- Camacho, P., 2016. *A Energia na relação União Europeia-Rússia: 2000-2015*. Tese de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, FCSH – Universidade Nova de Lisboa.
- COMUNICAÇÃO COM(2014) 330 final DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO, de 28 de maio de 2014 – *Estratégia europeia de segurança energética*.

COMUNICAÇÃO COM(2015) 80 final DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU, AO COMITÉ DAS REGIÕES E AO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO, de 25 de fevereiro de 2015 – Uma estratégia-quadro para uma União da Energia resiliente dotada de uma política em matéria de alterações climáticas virada para o futuro.

DGPI (Direção-Geral para as Políticas Internas – UE), 2009. *An Assessment of the Gas and Oil Pipelines in Europe*. [pdf] Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/document/activities/cont/201106/20110628ATT22856/20110628ATT22856EN.pdf> [Consultado em 19 de janeiro de 2017].

Dellecker, A., 2007. "Kremlin Inc.": le système juridique au service de l'industrie énergétique. *Politique Étrangère* (4), pp. 851-862.

EIA (US Energy Information Administration), 2015. Russia – International Analysis. [em linha] Disponível em: <https://www.eia.gov/beta/international/analysis.cfm?iso=RUS> [Consultado em 10 de janeiro de 2017].

Eurostat, 2014a. Supply, transformation and consumption of oil - annual data. 2015a. Real GDP growth rate – volume. [em linha] Disponível em: http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=nrg_102a&lang=en <http://ec.europa.eu/eurostat/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=tec00115&plugin=1> [Consultado em 16 de janeiro de 2017].

———, 2014b. Imports - oil - annual data. [em linha] Disponível em: http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=nrg_123a&lang=en [Consultado em 16 de janeiro de 2017].

———, 2014c. Supply, transformation and consumption of gas - annual data. [em linha] Disponível em: http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=nrg_103a&lang=en [Consultado em 16 de janeiro de 2017].

———, 2014d. Imports - gas - annual data. [em linha] Disponível em: http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=nrg_124a&lang=en [Consultado em 16 de janeiro de 2017].

———, 2014e. Complete energy balances - annual data. [em linha] Disponível em: http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=nrg_110a&lang=en [Consultado em 16 de janeiro de 2017].

Fernandes, C., 2015. Potencialidades e desafios da Bacia do Cáspio para a Estratégia Europeia de aprovisionamento. Oportunidades para Portugal. *Relações Internacionais* (46), pp. 83-99.

- Gazprom, 2014. Transmission. [em linha] Disponível em: <http://www.gazprom.com/about/production/transportation/> [Consultado em 6 de janeiro de 2017].
- , 2016. Yamal – Europe. [em linha] Disponível em: <http://www.gazprom.com/about/production/projects/pipelines/active/yamal-evropa/> [Consultado em 23 de janeiro de 2017].
- Gazprom Export, s.d.. Transportation. [em linha] Disponível em: <http://www.gazpromexport.ru/en/projects/transportation/> [Consultado em 23 de janeiro de 2017].
- Hafner, M., 2012. Russian Strategy on Infrastructure and Gas Flows to Europe. *POLINARES working paper n. 73*. [pdf] Disponível em: http://www.polinares.eu/docs/d5-1/polinares_wp5_chapter5_2.pdf [Consultado em 30 de janeiro de 2017].
- Heinrich, A., 2014. Introduction: Export Pipelines in Eurasia. In: Andreas Heinrich e Heiko Pleines, 2014. *Export Pipelines from the CIS Region: Geopolitics, Securitization, and Political Decision-Making*. Estugarda: ibidem-Verlag, pp. 13-73.
- IEC (International Energy Charter), 2009. *MASTER PLAN – Ukrainian Gas Transmission System (UGTS) – Priority Objects – Modernisation and Reconstruction*. [pdf] Disponível em: http://www.energycharter.org/fileadmin/DocumentsMedia/Presentations/CBP-Ukraine_GTS.pdf [Consultado em 16 de fevereiro de 2017].
- Jornal Oficial da União Europeia*, Número C 326, de 26 de outubro de 2012 – *Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (Versão Consolidada)*.
- Kandiyoti, R., 2015. *Powering Europe: Russia, Ukraine, and the Energy Squeeze*. Nova Iorque: Palgrave MacMillan.
- Locatelli, C., 2015. EU-Russia trading relations: the challenges of a new gas architecture. *European Journal of Law and Economics*, [pdf] 39(2), pp. 313-329. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s10657-013-9423-y> [Consultado em 12 de janeiro de 2017].
- MEFR (Ministério da Energia da Federação Russa), 2003. The summary of mthe Energy Strategy of Russia for the period of up to 2020. [pdf] Disponível em: http://ec.europa.eu/energy/russia/events/doc/2003_strategy_2020_en.pdf [Consultado em 6 de janeiro de 2017].
- , 2010. Energy Strategy of Russia – For the period up to 2030. [pdf] Disponível em: [http://www.energystrategy.ru/projects/docs/ES-2030_\(Eng\).pdf](http://www.energystrategy.ru/projects/docs/ES-2030_(Eng).pdf) [Consultado em 6 de janeiro de 2017].

- Nord Stream AG., s.d.. Operations. [em linha] Disponível em: <http://www.nord-stream.com/operations/> [Consultado em 16 de janeiro de 2017].
- Olcott, M. B., 2004. *The Energy Dimension in Russian Global Strategy*. Carnegie Endowment. [pdf] Disponível em: http://carnegieendowment.org/files/wp-2005-01_olcott_english1.pdf [Consultado em 6 de janeiro de 2017].
- Thery, M., 2012. *Russie*. [imagem png.]. Disponível em: <http://www.matthieuthery.com/wp-content/uploads/2012/02/russie-reserves-hydrocarbures-oleoducs-gazoducs-pipeline-wells-russia-oil-petrole.png> [Consultado em 26 de janeiro de 2017].
- Understanding a World in Crisis, 2013. Sem nome. [imagem png.]. Disponível em: <http://www.aworldincrisis.org/wp-content/uploads/2013/11/russia-pipelies.png> [Consultado em 26 de janeiro de 2017].
- Vavilov, A., 2015. *Gazprom: An Energy Giant and Its Challenges in Europe*. Nova Iorque: Palgrave MacMillan.
- Wildcat International, 2013. *Major Producing Fields*. [imagem jpg.]. Disponível em: http://cdn1.bigcommerce.com/server4200/h98e3jtz/products/321/images/752/MAJOR_PRODUCING_FIELDS_map_RUSSIA_2013__99726.1397210898.1280.1280.jpg?c=2 [Consultado em 26 de janeiro de 2017].